

# XXXIII EXAME DE ORDEM UNIFICADO

SIMULADO DA 1ª FASE OAB - Setembro de 2021

## TIPO 2 – VERDE (Aplicação nas Faculdades)



### SUA PROVA

Além deste caderno de prova **tipo 2**, contendo oitenta questões e um questionário de percepção sobre a prova com dez questões objetivas, você receberá do fiscal de sala:

Uma folha destinada às respostas das questões objetivas formuladas na prova de **tipo 2**.



### TEMPO

**5 horas** é o tempo disponível para a realização da prova, já incluindo o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva.

**2 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de prova.

**1 hora** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala levando o caderno de prova.



### NÃO SERÁ PERMITIDO

Qualquer tipo de comunicação entre os examinandos.

Levantar da cadeira sem a devida autorização do fiscal de sala.

Portar aparelhos eletrônicos, tais como bipe, telefone celular, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, receptor, gravador, telefone celular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro etc., bem como relógio de qualquer espécie, protetor auricular, óculos escuros ou quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc., e ainda lápis, lapiseira, borracha e/ou corretivo de qualquer espécie.

Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



### INFORMAÇÕES GERAIS

Verifique se o número deste caderno de provas coincide com o registrado no rodapé de cada página. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências.

Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas.

Assine seu nome, no espaço reservado, com caneta esferográfica transparente de cor azul ou preta.

Marque na folha de respostas o campo relativo à confirmação do tipo/cor de prova, conforme o caderno recebido.

Não será permitida a troca da folha de respostas por erro do examinando.

Reserve tempo suficiente para o preenchimento de sua folha de respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas.

A FGV coletará as impressões digitais dos examinandos na folha de respostas.

Quando terminar sua prova, você deverá, **OBRIGATORIAMENTE**, entregar a folha de respostas devidamente preenchida e assinada ao fiscal da sala. Aquele que descumprir esta regra será **ELIMINADO**.

Os 3 (três) últimos examinandos de cada sala só poderão sair juntos, após entregarem ao fiscal de aplicação os documentos que serão utilizados na correção das provas. Esses examinandos poderão acompanhar, caso queiram, o procedimento de conferência da documentação da sala de aplicação, que será realizada pelo Coordenador da unidade, na Coordenação do local da prova. Caso algum desses examinandos insista em sair do local de aplicação antes de autorizado pelo fiscal de aplicação, deverá assinar termo desistindo do Exame e, caso se negue, será lavrado Termo de ocorrência, testemunhado pelos 2 (dois) outros examinandos, pelo fiscal de aplicação da sala e pelo Coordenador da unidade de provas.

**“Qualquer semelhança nominal e/ ou situacional presente nos enunciados das questões é mera coincidência”**

---

**Questão 1**

Os advogados Tracio e Mevio, determinados em colaborar com o aperfeiçoamento da advocacia, pretendem concorrer nas próximas eleições da OAB, respectivamente, para os cargos de Conselheiro Seccional e Conselheiro Federal. Os dois advogados se encontram em situação regular perante a OAB e não ocupam cargo exonerável ad nutum. Tracio exerce efetivamente a profissão há quatro anos e não tem condenação disciplinar. Mevio exerce efetivamente a profissão há mais de cinco anos e já foi condenado em infração disciplinar, mas obteve sua reabilitação.

Sobre a situação apresentada, assinale a afirmativa correta.

- A) Tracio e Mevio cumprem com os requisitos para as candidaturas aos cargos pretendidos. Caso eleitos, o mandato nos órgãos da OAB será de três anos.
- B) Apenas Tracio cumpre com os requisitos para a candidatura ao cargo pretendido. Caso eleito, o mandato para o cargo de Conselheiro Seccional da OAB será de quatro anos.
- C) Tracio e Mevio não cumprem com os requisitos para as candidaturas aos cargos pretendidos. Se cumprissem os requisitos e fossem eleitos, o mandato de ambos seria de quatro anos.
- D) Apenas Mevio cumpre com os requisitos para a candidatura ao cargo pretendido. Caso eleito, o mandato para o cargo de Conselheiro Federal da OAB será de três anos.

**Questão 2**

Fulvia, advogada, diante das dificuldades para consolidar uma carteira de clientes que assegure as despesas mensais do seu escritório, decidiu investir em marketing jurídico consistente na utilização de estratégias planejadas para alcançar objetivos do exercício da advocacia. Iniciou ampla divulgação, de informações objetivas e verdadeiras atinentes ao seu exercício profissional, em painéis luminosos localizados em espaços públicos disponíveis, como em pontos de ônibus, nas proximidades de seu local de atendimento. Realizou discretas inscrições juntamente com o logotipo do escritório em veículos que atendiam os clientes da banca e, exclusivamente para fins de identificação do seu escritório também instalou em sua fachada uma placa sóbria e meramente informativa.

Considerando a situação hipotética apresentada e o previsto no Código de Ética e Disciplina da OAB, assinale a afirmativa correta.

- A) A publicidade profissional da advogada Fulvia, ao adotar informações objetivas e verdadeiras atinentes ao seu exercício profissional, pode ocorrer em painéis luminosos localizados em espaços públicos. É permitida a utilização de placa na fachada do seu escritório conforme realizado, mas não as inscrições em veículos.
- B) A publicidade profissional da advogada Fulvia deve adotar caráter meramente informativo e primar pela discrição e sobriedade, sendo vedado o uso de painéis luminosos ou formas assemelhadas, assim como quando localizados em qualquer espaço público. É permitida a utilização de placa na fachada do seu escritório conforme realizado, mas não a inscrição em veículos.
- C) A publicidade profissional da advogada Fulvia, desde que não seja realizada juntamente com a de outras atividades e observe a sobriedade, pode ocorrer mediante a utilização de anúncios pagos ou não em painéis luminosos localizados em espaços públicos. Não são permitidas as inscrições em veículos e a

utilização de placa na fachada do seu escritório conforme realizado.

- D) A publicidade profissional da advogada Fulvia, desde que seja realizada com moderação, pode ocorrer mediante a utilização de anúncios pagos ou não em painéis luminosos localizados em espaços públicos. Não é permitida a utilização de placa na fachada do seu escritório conforme realizado, mas é autorizada a inscrição discreta em veículos de uso exclusivo da banca jurídica.

**Questão 3**

O advogado Bronio, buscando ampliar sua renda, firmou contrato de parceria com empresas do ramo imobiliário e escritórios de advocacia de sua região para, mesmo sem ter feito ou sequer colaborado na realização, assinar contratos e petições elaboradas por outros profissionais. Dessa forma, ao assinar uma grande quantidade de escritos destinados a processos judiciais ou para fins extrajudiciais que não tenha feito ou colaborado, rapidamente ampliou o seu faturamento mensal.

Sobre os fatos narrados, assinale a afirmativa correta.

- A) A conduta de Bronio constitui infração ético-disciplinar passível de sanção de suspensão, que poderá ser convertida em advertência em ofício reservado diante de ausência de punição disciplinar anterior.
- B) Bronio praticou conduta usual e plenamente aceita no exercício da advocacia. Eventual infração ético-disciplinar somente estará caracterizada caso o advogado se recuse, injustificadamente, a prestar contas aos clientes diante de eventuais questionamentos.
- C) A conduta de Bronio constitui infração ético-disciplinar passível de sanção de censura, sendo admissível a celebração de termo de ajustamento de conduta em processo disciplinar, se o fato não tiver gerado repercussão negativa a advocacia.
- D) Bronio não praticou infração ético-disciplinar ao assinar escritos destinados a processos judiciais ou para fins extrajudiciais que não tenha feito ou colaborado. Eventuais processos disciplinares que venham a ser instaurados contra o advogado deverão ser públicos, não se admitindo o anonimato.

---

**Questão 4**

Margarida, advogada, iniciou recentemente sua atuação profissional em sociedade unipessoal de advocacia. Em todos os atendimentos que realiza procura apontar claramente os riscos e as consequências que podem advir das ações, explicando detalhadamente sua forma de atuação bem como que os serviços profissionais que presta são, por sua natureza, técnicos e singulares diante de sua notória especialização. Frequentemente é questionada por seus clientes sobre o significado de notória especialização.

Considerando a situação narrada e o disposto no Estatuto da Advocacia, assinale a afirmativa correta quanto ao referido conceito.

- A) Considera-se notória especialização o profissional ou a sociedade de advogados cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.
- B) Considera-se notória especialização o profissional, mas não a sociedade de advogados, cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.
- C) Considera-se notória especialização o profissional ou a sociedade de advogados cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial, mas não necessariamente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.
- D) Considera-se notória especialização o profissional, mas não a sociedade de advogados, cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial, mas não necessariamente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

**Questão 5**

O advogado Astuncio, no exercício de suas atribuições como Presidente de determinado Conselho Seccional, foi ofendido publicamente por determinada autoridade. O fato ganhou repercussão nacional e a Ordem dos Advogados do Brasil foi imediatamente comunicada para a realização de desagravo público.

Considerando a situação hipotética apresentada, nos termos do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil, assinale a afirmativa correta.

- A) Compete ao Conselho Seccional promover o desagravo público do advogado Astuncio. Como instrumento de defesa dos direitos e prerrogativas da advocacia, o desagravo público não depende de concordância do ofendido.
- B) Compete ao Conselho Federal promover o desagravo público do advogado Astuncio, com sessão pública de desagravo a ser realizada na sede do Conselho Federal. Em caso de acolhimento

do parecer será designada a sessão, amplamente divulgada, devendo ocorrer no prazo máximo de 120 dias.

C) Compete ao Conselho Federal promover o desagravo público do advogado Astuncio, indicando seus representantes para a sessão pública de desagravo na sede do Conselho Seccional. O desagravo deverá ser decidido no prazo máximo de 60 dias e, em caso de acolhimento do parecer, será designada a sessão no prazo máximo de 30 dias.

D) Compete ao Conselho Seccional promover o desagravo público do advogado Astuncio. O desagravo público deverá ser decidido no prazo máximo de 30 dias e, como instrumento de defesa dos direitos e prerrogativas da advocacia e para preservar a imagem do profissional, dependerá da concordância do advogado.

**Questão 6**

O advogado Nilo, durante audiência em que atuava na defesa dos interesses de seu cliente Plínio, inconformado com as alegações apresentadas exaltou-se e passou a proferir ofensas racistas contra as partes presentes. Mesmo após ser austeramente advertido pela autoridade que conduzia o ato o advogado prosseguiu com as ofensas, culminando na decretação de sua prisão em flagrante. No momento da lavratura do auto respectivo Nilo exigiu ter a presença de representante da OAB, o que lhe foi negado pela autoridade sob justificativa de que o advogado não fazia jus ao direito pretendido.

Considerando o caso narrado, assinale a afirmativa correta.

- A) Não constitui direito do advogado Nilo ter a presença de representante da OAB na situação apresentada, para a lavratura do auto respectivo. A conduta do advogado ofendeu gravemente a honra, a nobreza e a dignidade da profissão, caracterizando infração ético-disciplinar grave, passível de sanção de exclusão.
- B) Nilo teve direito violado ao ser proibido de ter a presença de representante da OAB quando preso em flagrante, para a lavratura do auto respectivo. A violação do referido direito não caracteriza crime previsto no Estatuto da Advocacia.
- C) Nilo não teve direito violado ao ser proibido de ter a presença de representante da OAB quando preso em flagrante, para a lavratura do auto respectivo. No entanto, a autoridade deveria ter comunicado expressamente o ocorrido à seccional da OAB para a apuração de suposta infração ético-disciplinar.
- D) O advogado Nilo teve direito violado ao ser proibido de ter a presença de representante da OAB quando preso em flagrante, para a lavratura do auto respectivo. A violação do referido direito pela autoridade caracteriza crime previsto no Estatuto da Advocacia.

### Questão 7

As advogadas Maria e Ana reuniram-se em sociedade de prestação de serviços de advocacia constituindo a sociedade “Maria e Ana Advogadas” e, rapidamente, por conta da excelência dos serviços prestados, se tornaram conhecidas em sua localidade. Mesmo após adquirir certa estabilidade profissional Maria optou por seguir carreira em órgão do Poder Judiciário, ficando somente Ana com o propósito de seguir o exercício da advocacia.

No que se refere à sociedade de advogados, assinale a afirmativa correta.

- A) Ana, caso pretenda continuar atuando em forma de sociedade sem incluir novo sócio, deverá constituir sociedade unipessoal de advocacia. A denominação da sociedade unipessoal deve ser obrigatoriamente formada pelo seu nome, completo ou parcial, com a expressão “Sociedade Unipessoal de Advocacia”, devendo o seu registro ser aprovado e arquivado junto à Subseção da OAB correspondente ao local de sua sede.
- B) Maria, caso pretenda continuar como sócia, deverá averbar o seu cancelamento profissional junto ao registro da sociedade arquivado no Conselho Seccional, sendo que os atos privativos de advocacia devem praticados somente por Ana.
- C) Maria poderá permanecer na sociedade na qualidade de sócia administradora prestando assessoria e consultoria jurídicas, assim como visar atos constitutivos de pessoas jurídicas, mas sem postular em juízo. A sua atuação em órgão do Poder Judiciário deve constar em averbação junto ao Conselho Seccional.
- D) Ana, caso pretenda continuar atuando em forma de sociedade sem incluir novo sócio, deverá constituir sociedade unipessoal de advocacia. A denominação da sociedade unipessoal deve ser obrigatoriamente formada pelo seu nome, completo ou parcial, com a expressão “Sociedade Individual de Advocacia”, não sendo admitido adotar denominação de fantasia.

### Questão 8

José compareceu à Ordem dos Advogados do Brasil para realizar inscrição como advogado e Maria, sua esposa, decidida em sair de casa por estar inconformada com o comportamento habitual violento que José mantinha com ela e com seus filhos menores, comunicou a instituição tais fatos. Maria foi devidamente informada sobre a gravidade do que estava relatando e que tais fatos refletiam negativamente na idoneidade moral de José, exigida como requisito para efetivar a inscrição pretendida. Manteve suas alegações, com a apresentação de boletim de ocorrência e laudo de exame de corpo de delito.

Diante do apresentado, assinale a afirmativa correta.

- A) A inidoneidade moral pode ser suscitada somente por advogados e deve ser declarada mediante decisão que obtenha no mínimo dois terços dos votos de todos os membros do conselho competente, em procedimento que observe os termos do processo disciplinar.
- B) A inidoneidade moral, suscitada por qualquer pessoa, deve ser declarada mediante decisão que obtenha no mínimo dois terços dos votos de todos os membros do conselho competente, em procedimento que observe os termos do processo disciplinar.
- C) A inidoneidade moral, suscitada por qualquer pessoa, deve ser declarada mediante decisão que obtenha no mínimo um terço

dos votos de todos os membros do conselho competente, em procedimento que observe os termos do processo disciplinar.

D) A inidoneidade moral pode ser suscitada somente por advogados ou membros de órgão da OAB, devendo ser declarada mediante decisão que obtenha no mínimo dois terços dos votos de todos os membros do conselho competente, em procedimento próprio e distinto dos termos do processo disciplinar.

### Questão 9

Inúmeros conceitos no que diz respeito à validade e a vigência das normas são estudados no âmbito da Filosofia do Direito. Na obra *Lições Preliminares de Direito*, Miguel Reale trata da validade da norma jurídica e a condiciona a adequação de três aspectos, sendo um deles o da validade ética.

Com base no autor em referência, assinale a opção que melhor apresenta a ideia de validade ética.

- A) É a executoriedade obrigatória de uma regra de direito que cumpre com os requisitos indispensáveis à sua elaboração, tais como a legitimidade e a competência do órgão que a expede e a observância das regras de procedimento em sua edição.
- B) É a eficácia compulsória como fundamento da norma jurídica, sem a qual esta não se mostra apta a alcançar os efeitos práticos aguardados e pretendidos pela sociedade.
- C) É a eficácia, a aplicação da norma em sua dimensão experimental na representação e no cumprimento do direito pela sociedade, que o vive e o reconhece por conta dos efeitos sociais.
- D) É a aplicação axiológica na elaboração da norma em uma tentativa de se alcançar um direito justo.

### Questão 10

O filósofo Norberto Bobbio observa em sua obra *O Positivismo Jurídico*: Lições de Filosofia do Direito que, com a formação do Estado moderno a lei se tornou a única fonte do direito e, como consequência, o direito estatal se tornou o único ordenamento jurídico. Nesse sentido afirma que a ideologia jus positivista.

- A) Afastou o positivismo jurídico de características da ciência.
- B) Buscou fundamentar o positivismo jurídico na ciência valorativa, sendo que esta faz parte de sua essência.
- C) Distingue juízo de fato e juízo de valor, devendo o juízo de valor, por representar uma opinião sobre determinado assunto, prevalecer no positivismo.
- D) Procurou transformar o estudo do direito em ciência, firmando o dever absoluto ou incondicional de obedecer à lei enquanto tal.

### Questão 11

Mecanismo de investigação atinente aos parlamentares, sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs), à luz do direito pátrio vigente, assinale a alternativa correta:

- A) Uma CPI federal tem poderes para determinar as quebras de sigilos bancário, fiscal e telefônico, desde que o façam fundamentadamente.
- B) Tem competência a CPI para expedir decreto de indisponibilidade de bens de particular, como medida de instrução a embasar futura medida cautelar perante o Poder Judiciário.
- C) Diferentemente do entendimento que se aplica às CPIs em âmbito federal, uma CPI estadual não pode requerer a quebra de sigilo de dados bancários do investigado.
- D) Diferentemente do entendimento que se aplica às CPIs em âmbito federal, uma CPI distrital não pode requerer a quebra de sigilo de dados bancários do investigado.

**Questão 12**

Maria, brasileira nata, após um processo regular com o devido processo legal, transitado em julgado, perdeu a nacionalidade brasileira em razão de ter optado voluntariamente por nacionalidade estrangeira. Cometeu crime naquele país e fugiu para o Brasil. De acordo com a Constituição Federal, sua extradição será julgada.

- A) Pela Justiça Federal de primeira instância.
- B) Pelo Tribunal Regional Federal da respectiva região.
- C) Pelo Supremo Tribunal Federal.
- D) Pelo Superior Tribunal de Justiça.

**Questão 13**

A determinação de assuntos sobre os quais os entes federativos podem legislar repercutem na sociedade intensamente. Acerca das competências legislativas da União, NÃO é considerada sua competência privativa, dentre outras, legislar sobre

- A) Trânsito, transportes e sistema de consórcios.
- B) Diretrizes e bases da educação e sistema viário local.
- C) Propaganda comercial e metalurgia.
- D) Comércio interestadual e cidadania.

**Questão 14**

Liberado o retorno para aulas presenciais, Rosa reuniu todos os documentos exigidos para se matricular sua filha, Suzi, em uma escola municipal de seu bairro. Para sua surpresa, o requerimento foi indeferido pelo Secretário Municipal, sem qualquer fundamentação. Considerando a manifesta ilegalidade do ato, bem como porque todos os elementos constitutivos do seu direito decorriam da prova documental, Rosa procurou um advogado e solicitou o ajuizamento da medida judicial cabível.

À luz da sistemática constitucional, essa medida é:

- A) "habeas data".
- B) "habeas corpus".
- C) mandado de segurança.
- D) mandado de injunção.

**Questão 15**

A Constituição Federal garante a dignidade da pessoa humana como estrutura basilar do Estado Democrático de Direito, conferindo diversos direitos e garantias fundamentais aos brasileiros e estrangeiros residentes no País. Nesse cenário, assinale a alternativa correta sobre direitos fundamentais de acordo com o texto constitucional vigente:

- A) A concessão de asilo político é uma garantia fundamental, consubstanciando direito coletivo.
- B) Os direitos e garantias expressos na Constituição Federal não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.
- C) A dignidade da pessoa humana constitui objetivo fundamental da República Federativa do Brasil.
- D) Enquanto a defesa da paz é um objetivo fundamental da República Federativa do Brasil, a dignidade da pessoa humana se trata de garantia individual.

**Questão 16**

Cecília foi reeleita Prefeita de um Município no interior do Estado de São Paulo. Ao final do primeiro ano de seu segundo mandato, Cecília começou a planejar sua candidatura para o cargo de Governadora do Estado nas eleições vindouras. Ao consultar especialista sobre a matéria, Cecília foi orientada no sentido de que:

- A) Não poderá concorrer neste momento ao cargo de Governadora, porque equivaleria ao terceiro mandato seguido no âmbito do Poder Executivo, o que é vedado pela Constituição.
- B) Deverá se desincompatibilizar do cargo de Prefeita, tendo que se afastar até seis meses antes do pleito, para poder concorrer ao cargo de Governadora, não havendo necessidade de renunciar ao cargo de Prefeito.
- C) Deverá se desincompatibilizar do cargo de Prefeita, tendo que renunciar ao mandato até três meses antes do pleito, para poder concorrer ao cargo de Governadora.
- D) Deverá se desincompatibilizar do cargo de Prefeita, tendo que renunciar ao mandato até seis meses antes do pleito, para poder concorrer ao cargo de Governadora.

**Questão 17**

Presidente da República cometeu crime comum de lesão corporal por acidente de trânsito antes de sua posse. Pouco depois, já no exercício do cargo, foi denunciado pelo Ministério Público. Embora o referido crime não guarde nenhuma relação com o exercício da função, o Presidente da República mostra-se temeroso com a possibilidade de ser imediatamente afastado do exercício da presidência e preso. Segundo o sistema jurídico-constitucional brasileiro, dar-se-ia

- A) O afastamento do Presidente da República se, após autorização da Câmara dos Deputados, houvesse sua condenação pelo Supremo Tribunal Federal.
- B) A autorização para que o Presidente da República finalizasse o seu mandato, caso o Senado Federal assim decidisse, após manifestação da Câmara dos Deputados.
- C) O afastamento do Presidente da República se o Senado Federal deliberasse dessa maneira por maioria absoluta.
- D) A permanência do Presidente da República no exercício da função, embora tenha que responder pelo crime cometido após a finalização do seu mandato.

**Questão 18**

Michele, sua cliente, é mulher transexual e servidora pública. Na ocasião do concurso que prestou, Michele ainda era reconhecida como homem em sua identidade de gênero. Consulta você como advogado para a obtenção formal de seu direito ao nome social. Assim, com base na norma que regulamenta o assunto, cabe a você esclarecer que:

- A) Os órgãos e as entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, em seus atos e procedimentos, deverão adotar o nome social da pessoa travesti ou transexual, de acordo com seu requerimento independente de tomar hormônio ou fazer cirurgia.
- B) A Convenção Americana sobre Direitos Humanos, da qual o Brasil é signatário, determina que os Estados Partes assegurem a utilização do nome social de travestis e transexuais, tanto no âmbito da vida privada quanto da vida pública.
- C) Os órgãos e as entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, em seus atos e procedimentos, deverão adotar o nome social da pessoa travesti ou transexual, de acordo com seu requerimento após fazer cirurgia de transgenitalização.
- D) Os órgãos e as entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, em seus atos e procedimentos, deverão adotar o nome social da pessoa travesti ou transexual, de acordo com seu requerimento após tomar hormônio e decisão judicial.

**Questão 19**

A Convenção Americana de Direitos Humanos (“Pacto de San José da Costa Rica”) está contida no Decreto nº 678/1992 e pertence ao Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos. Em seu texto com relação à pena de morte:

- A) Prevê que não se deve impor a pena de morte à pessoa que, no momento da perpetração do delito ou de sua condenação, for menor de vinte e um anos.
- B) Prevê que, em nenhum caso, pode a pena de morte ser aplicada a delitos políticos, sendo autorizada a aplicação aos delitos comuns conexos com delitos políticos.
- C) Prevê que não se deve impor a pena de morte à pessoa que, no momento da condenação, for maior de setenta anos.
- D) Prevê que não se pode restabelecer a pena de morte nos Estados que a hajam abolido.

**Questão 20**

Luiz e Mariana se casaram no Brasil e se mudaram para Portugal, onde permaneceram por quase 5 anos. Após um período difícil, o casal, que não tem filhos, nem bens, decide, de forma amigável, se divorciar e Mariana pretende retornar ao Brasil. Com relação à dissolução do casamento, assinale a afirmativa correta.

- A) O divórcio consensual pode ser reconhecido no Brasil sem que seja necessário proceder à homologação.
- B) O divórcio, se efetivado em Portugal, precisa ser reconhecido e homologado perante o STJ para que tenha validade no Brasil.
- C) O divórcio só poderá ser requerido no Brasil, eis que o casamento foi realizado no Brasil.
- D) Para requerer o divórcio no Brasil, o casal deverá, primeiramente, voltar a residir no país.

**Questão 21**

A Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados – CVDT disciplina regras sobre Tratados Internacionais e o Brasil é signatário desta Convenção. Tendo por base seus dispositivos, assinale a afirmativa correta.

- A) “Tratado” significa qualquer acordo internacional elaborado entre Países.
- B) O princípio dos tratados internacionais é o “pacto sunt servanda” e, por isso, faz lei entre as partes e os Estados soberanos são obrigados a assinar e ratificar tratado internacional.
- C) Reserva significa o acordo unilateral que somente os Estados podem formular, independentemente do que disponha o tratado.
- D) Um Estado não poderá invocar o seu direito interno para justificar o inadimplemento de tratado internacional.

**Questão 22**

Caso determinada empresa se dedique exclusivamente à produção de manufaturados destinados à exportação, a ela se imputa a obrigação de pagar

- A) O IPI.
- B) O imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza.
- C) A contribuição social sobre o faturamento, destinada à seguridade social (Cofins).
- D) A contribuição social destinada ao Programa de Integração Social (PIS).

**Questão 23**

Consoante o princípio tributário da reserva legal, é vedado à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça. Todavia, admite-se, constitucionalmente, que:

- A) Os Estados aumentem tributo por meio de decreto.
- B) A União e os Estados criem ou aumentem tributo por meio de decreto.
- C) A União aumente determinados tributos por meio de decreto.
- D) A União crie ou aumente tributo por meio de decreto.

**Questão 24**

Um fiscal federal, em processo de auditoria, verificou que uma empresa estava em dívida para com o fisco em relação ao imposto de renda. Ao autuar a empresa para pagamento do imposto, o fiscal impôs-lhe, ainda, uma multa por atraso no pagamento e outra, por não ter entregue a declaração anual de rendimentos da pessoa jurídica. Nessa situação hipotética:

- A) A obrigação de pagar o imposto de renda e a de pagar a multa por atraso na entrega da declaração são consideradas principais; a de pagar a multa de mora, não.
- B) Todas as obrigações são consideradas principais.
- C) A obrigação de pagar o imposto de renda é considerada principal; a de pagar as multas, não.
- D) A obrigação de pagar o imposto de renda e a de pagar a multa de mora são consideradas principais; a de pagar a multa por atraso na entrega da declaração, não.

**Questão 25**

Caso ocorra a fusão de duas grandes indústrias alimentícias brasileiras que, juntas, detenham mais de 60% do mercado nacional de certo item de alimentação, de acordo com o que dispõe a Constituição Federal, para prevenir os desequilíbrios da concorrência causados pela citada fusão,

- A) A União, os estados, o Distrito Federal e os municípios poderão estabelecer critérios especiais de tributação, todavia apenas a União detém competência para estabelecer outras normas com os mesmos objetivos.
- B) Somente a União poderá estabelecer critérios especiais de tributação, além de outras normas com os mesmos objetivos.
- C) A União, os estados, o Distrito Federal e os municípios poderão estabelecer critérios especiais de tributação, além de outras normas com os mesmos objetivos.
- D) Somente a União poderá estabelecer critérios especiais de tributação, podendo os estados, o Distrito Federal e os municípios estabelecer outras normas com os mesmos objetivos.

**Questão 26**

Assinale a opção correta acerca das garantias e privilégios do crédito tributário.

- A) No processo falimentar, o crédito tributário não prefere às importâncias passíveis de restituição, nos termos da lei falimentar, nem aos créditos com garantia real, no limite do valor do bem gravado.
- B) De acordo com o Código Tributário Nacional, as garantias atribuídas ao crédito tributário alteram a sua natureza bem como a da obrigação tributária correspondente.
- C) A cobrança judicial do crédito tributário, embora não se subordine a concurso de credores, está sujeita à habilitação em falência, recuperação judicial, inventário ou arrolamento.
- D) Denominam-se concursais os créditos tributários decorrentes de fatos geradores acontecidos durante processo falimentar, bem como após a extinção deste.

**Questão 27**

Sobre os princípios constitucionais da Administração Pública, pode-se afirmar que:

- A) Os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência devem ser obedecidos pela administração pública direta e indireta, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- B) Os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência devem ser obedecidos pela administração pública direta, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Já a administração indireta está dispensada da obediência aos princípios da publicidade e eficiência.
- C) Os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência devem ser obedecidos pela administração pública direta e indireta, dos Poderes Executivo e Legislativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Já o Poder Judiciário tem princípios próprios específicos de suas condições de exercício da Justiça.
- D) Os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência devem ser obedecidos pela administração pública indireta, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Já a administração direta está dispensada da obediência aos princípios da publicidade e eficiência.

**Questão 28**

De acordo com a jurisprudência do STJ a respeito da ação civil pública e da ação de improbidade administrativa, assinale a opção correta:

- A) Possui natureza absoluta a competência da vara da justiça da infância e da juventude para processar e julgar ação civil pública que tenha como objeto a matrícula de menores em creches ou escolas.
- B) Em ação civil pública que tutela o meio ambiente, a condenação do réu em obrigação de fazer cumulada com indenização pecuniária caracteriza bis in idem, vedado pelo ordenamento.
- C) O Ministério Público não terá legitimidade ativa para atuar na defesa de direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos dos consumidores quando a causa de pedir estiver relacionada à prestação de serviço público.
- D) O regime de remessa necessária não se aplica às sentenças de improcedência em ação de improbidade administrativa.

**Questão 29**

Assinale a alternativa que apresenta apenas exemplos de atos administrativos normativos.

- A) Resoluções, deliberações e decretos.
- B) Decretos, instruções e licenças.
- C) Deliberações, portarias e certidões.
- D) Homologação, certidões e instruções.

**Questão 30**

Sobre os bens públicos, assinale a alternativa correta:

- A) São públicos os bens do domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno. Todos os outros são particulares, seja qual for a pessoa a que pertencerem.
- B) Os bens públicos de uso comum do povo e os de uso especial são alienáveis, enquanto conservarem a sua qualificação, na forma que a lei determinar.
- C) O uso comum dos bens públicos será sempre gratuito.
- D) Os bens públicos estão sujeitos a usucapião.

**Questão 31**

A respeito da responsabilidade civil do Estado, assinale a opção correta:

- A) Segundo o entendimento do STF, no caso de omissão da atuação estatal, a responsabilidade será sempre subjetiva, ou seja, somente existirá quando demonstrado culpa ou dolo do agente estatal.
- B) Para a configuração da responsabilidade civil do Estado por dano, é desnecessário que o ato lesivo seja ilícito, bastando que haja nexo de causalidade entre a ação estatal e o dano anormal e específico, ou seja, que o dano tenha ultrapassado os inconvenientes normais da vida em sociedade, em desfavor de pessoas ou grupos determinados.
- C) O poder público e os concessionários de serviços públicos respondem, objetiva e solidariamente, por danos causados aos usuários.
- D) A tese da reserva do possível é amplamente aceita pelos tribunais superiores, principalmente no contexto de ações que busquem impor ao poder público a obrigação de efetivar políticas públicas previstas em lei.

**Questão 32**

Sobre o poder discricionário é correto afirmar:

- A) Implica em liberdade de atuação administrativa, sempre dentro dos limites expressamente estabelecidos pela lei ou dela decorrentes.
- B) A razoabilidade não integra o rol dos princípios jurídicos administrativos.
- C) A arbitrariedade e proporcionalidade são utilizadas para controlar a discricionariedade administrativa, trata-se de controle de mérito administrativo.
- D) Não é necessário que os meios empregados pela administração sejam adequados à consecução do fim almejado.

**Questão 33**

O licenciamento ambiental é um dos instrumentos da PNMA (Política Nacional do Meio Ambiente), previsto no art. 9º inciso IV da Lei 6.938/81. A respeito desse instrumento, assinale a informação correta:

- A) Todos os empreendimentos, obras e atividades estão sujeitos a licenciamento ambiental.
- B) O licenciamento ambiental, normalmente, é realizado por um único órgão ambiental, todavia, excepcionalmente, quando o licenciamento exigir EIA/RIMA, poderá ocorrer licenciamento múltiplo (pela União, Estado e Município).
- C) Somente existe o licenciamento trifásico, que se desdobra em três fases, resultando na emissão da LP – licença prévia, LI – licença de instalação e LO – licença de operação.
- D) Nem todos os empreendimentos, obras e atividades exigem licenciamento ambiental; quando exigível, trata-se de um procedimento realizado por um único ente federado, podendo os demais participar, de maneira não vinculante, e há previsão de licenciamento simplificado e o licenciamento trifásico.

**Questão 34**

A respeito dos estudos ambientais, aponte a alternativa incorreta:

- A) Todo licenciamento ambiental exige a apresentação de, no mínimo, um estudo ambiental, isto pela necessidade de se avaliar a impactação ambiental do empreendimento, obra ou atividade, figurando o estudo ambiental como um dos itens mais importantes para tal aferição.
- B) Tratando-se do licenciamento trifásico, o estudo ambiental será exigido e deverá ser apresentado para análise da concessão da primeira licença – a LP (licença prévia).
- C) Todo licenciamento trifásico exige a elaboração do estudo denominado EIA/RIMA (Estudo Prévio de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental).
- D) O estudo ambiental é exigido pelo órgão licenciador e elaborado e custeado pelo empreendedor.

**Questão 35**

Arnaldo foi procurado por sua irmã Zulmira, que lhe ofereceu R\$ 1 milhão para adquirir o apartamento que ele possui na orla da praia. Receoso, no entanto, que João, o locatário que atualmente ocupa o imóvel e por quem Arnaldo nutre profunda antipatia, viesse a cobrir a oferta, exercendo seu direito de preferência, propôs a Zulmira que constasse da escritura o valor de R\$ 2 milhões, ainda que a totalidade do preço não fosse totalmente paga.

Realizado nesses termos, o negócio:

- A) Pode ser anulado no prazo decadencial de dois anos, em virtude de dolo.
- B) É viciado por erro, que somente pode ser alegado por João.
- C) É nulo em virtude de simulação, o que pode ser suscitado por qualquer interessado.
- D) É ineficaz, em razão de fraude contra credores, inoponíveis seus efeitos perante João.

**Questão 36**

Em 05/05/2005, Aloísio adquiriu uma casa de 500 m<sup>2</sup> registrada em nome de Bruno, que lhe vendeu o imóvel a preço de mercado. A escritura e o registro foram realizados de maneira usual. Em 05/09/2005, o imóvel foi alugado, e Aloísio passou a receber mensalmente o valor de R\$ 3.000,00 pela locação, por um período de 6 anos. Em 10/10/2009, Aloísio é citado em uma ação reivindicatória movida por Elisabeth, que pleiteia a retomada do imóvel e a devolução de todos os valores recebidos por Aloísio a título de locação, desde o momento da sua celebração. Uma vez que Elisabeth é judicialmente reconhecida como a verdadeira proprietária do imóvel em 10/10/2011, pergunta-se: é correta a pretensão da autora ao recebimento de todos os aluguéis recebidos por Aloísio?

- A) Sim. Independentemente da sentença de mérito, a própria contestação automaticamente transforma a posse de Aloísio em posse de má-fé desde o seu nascedouro, razão pela qual todos os valores recebidos pelo possuidor devem ser ressarcidos.
- B) Não. Sem a ocorrência de nenhum outro fato, somente após uma sentença favorável ao pedido de Elisabeth, na reivindicatória, é que seus argumentos poderiam ser considerados verdadeiros, o que caracterizaria a transformação da posse de boa-fé em posse de má-fé. Como o possuidor de má-fé tem direito aos frutos, Aloísio não é obrigado a devolver os valores que recebeu pela locação.
- C) Não. Sem a ocorrência de nenhum outro fato, e uma vez que Elisabeth foi vitoriosa em seu pleito, a posse de Aloísio passa a ser qualificada como de má-fé desde a sua citação no processo – momento em que Aloísio tomou conhecimento dos fatos ao final reputados como verdadeiros –, exigindo, em tais condições, a

devolução dos frutos recebidos entre 10/10/2009 e a data de encerramento do contrato de locação.

- D) Não. Apesar de Elisabeth ter obtido o provimento judicial que pretendia, Aloísio não lhe deve qualquer valor, pois, sendo possuidor com justo título, tem, em seu favor, a presunção absoluta de veracidade quanto a sua boa-fé.

**Questão 37**

A cidade de Asa Branca foi atingida por uma tempestade de grandes proporções. As ruas ficaram alagadas e a população sofreu com a inundação de suas casas e seus locais de trabalho. Ant nio, que tinha uma pequena barcaça, aproveitou a ocasião para realizar o transporte dos moradores pelo triplo do preço que normalmente seria cobrado, tendo em vista a premente necessidade dos moradores de recorrer a esse tipo de transporte. Nesse caso, em rela o ao citado negócio jurídico, ocorreu:

- A) estado de perigo.
- B) dolo.
- C) lesão.
- D) erro.

**Questão 38**

Eduardo comprometeu-se a transferir para Daniela um imóvel que possui no litoral, mas uma cláusula especial no contrato previa que a transferência somente ocorreria caso a cidade em que o imóvel se localiza viesse a sediar, nos próximos dez anos, um campeonato mundial de surfe. Depois de realizado o negócio, todavia, o advento de nova legisla o ambiental impôs regras impeditivas para a realiza o do campeonato naquele local.

Sobre a incidência de tais regras, assinale a afirmativa correta.

- A) Daniela tem direito adquirido   aquisi o do imóvel, pois a cláusula especial configura um termo.
- B) Prevista uma condi o na cláusula especial, Daniela tem direito adquirido   aquisi o do imóvel.
- C) Há mera expectativa de direito   aquisi o do imóvel por parte de Daniela, pois a cláusula especial tem natureza jurídica de termo.
- D) Daniela tem somente expectativa de direito   aquisi o do imóvel, uma vez que há uma condi o na cláusula especial.

**Questão 39**

Renata financiou a aquisi o de seu veículo em 36 parcelas e vinha pagando pontualmente todas as presta es. Entretanto, a recente perda de seu emprego fez com que não conseguisse manter em dia a d vida, tendo deixado de pagar, justamente, as duas últimas presta es (35  e 36 ).

O banco que financiou a aquisi o, diante do inadimplemento, optou pela resolu o do contrato. Tendo em vista o pagamento das 34 parcelas anteriores, pode-se afirmar que a conduta da institui o financeira viola o princípio da boa-fé, em razão do(a):

- A) Dever de mitigar os próprios danos.
- B) Proibi o de comportamento contraditório (*venire contra factum proprium*).
- C) Adimplemento substancial.
- D) Dever de informar.

**Questão 40**

Em 2010, Juliana, sem herdeiros necessários, lavrou testamento público deixando todos os seus bens para sua prima, Roberta. Em 2016, Juliana realizou inseminação artificial heteróloga e, nove meses depois, nasceu Carolina. Em razão de complicações no parto, Juliana faleceu poucas horas após o procedimento. Sobre a sucessão de Juliana, assinale a afirmativa correta.

- A) Carolina herdará todos os bens de Juliana.
- B) Roberta herdará a parte disponível e Carolina, a legítima.
- C) Roberta herdará todos os bens de Juliana.
- D) A herança de Juliana será declarada jacente.

**Questão 41**

Mônica, casada pelo regime da comunhão total de bens, descobre que seu marido, Geraldo, alienou um imóvel pertencente ao patrimônio comum do casal, sem a devida vênua conjugal. A descoberta agrava a crise conjugal entre ambos e acaba conduzindo ao divórcio do casal. Tempos depois, Mônica ajuíza ação em face de seu ex-marido, objetivando a invalidação da alienação do imóvel.

Sobre o caso narrado, assinale a afirmativa correta.

- A) O juiz pode conhecer de ofício do vício decorrente do fato de Mônica não ter anuído com a alienação do bem.
- B) O fato de Mônica não ter anuído com a alienação do bem representa um vício que convalesce com o decurso do tempo.
- C) O vício decorrente da ausência de vênua conjugal não pode ser sanado pela posterior confirmação do ato por Mônica.
- D) Para que a pretensão de Mônica seja acolhida, ela deveria ter observado o prazo prescricional de dois anos, a contar da data do divórcio.

**Questão 42**

Keila, de 16 anos, que já possui antecedentes infracionais, queria muito dinheiro para comprar um tênis que todas as suas amigas tinham, mas seus pais não podiam dar. Decidiu, então, adquirir, no centro da cidade, 5 notas falsas, no valor de R\$100,00 cada, pagando por isso o total de R\$10,00. Na sequência, dirigiu-se à loja, pediu pelo tênis e ofereceu as notas falsas para o vendedor. Desconfiado, ele utilizou um sistema de segurança da loja para verificar a autenticidade das cédulas, descobrindo, então, sua falsidade. Em razão disso, chamou a polícia, que apreendeu a adolescente em flagrante.

A respeito do caso narrado, assinale a alternativa correta:

- A) Como houve flagrante, Keila somente será liberada pela autoridade policial se os seus pais comparecerem à delegacia e assim requererem.
- B) Caso seja julgada procedente eventual ação socioeducativa em seu desfavor, como ela possui antecedentes infracionais, deverá ser aplicada a medida de internação.
- C) Se ela não for localizada para cientificação de ação socioeducativa e notificação para comparecimento em audiência, a autoridade judiciária expedirá mandado de busca e apreensão, determinando o sobrestamento do feito, até a efetiva apresentação.
- D) Caso seja decretada a sua internação provisória, esta não poderá ultrapassar o prazo de 3 (três) meses.

**Questão 43**

Marcos e Paula, brasileiros, casados há 10 anos, descontentes com a situação do Brasil, decidem mudar-se para a Itália. Após 5 anos residindo no exterior, percebem o desejo de adotar uma criança e, conversando, decidem que a adoção será de uma criança que seja brasileira e resida no Brasil, para que viva com eles na Itália.

A respeito do caso narrado, assinale a alternativa correta:

- A) Como eles são brasileiros, apesar de residirem na Itália, a adoção é classificada como nacional.
- B) Neste caso, o prazo do estágio de convivência será de 30 a 45 dias, prorrogável uma única vez, por até igual período, por decisão judicial fundamentada.
- C) Neste caso, o estágio de convivência será realizado na Itália, dando-se a eles a guarda temporária para que levem a criança para lá.
- D) Ainda que haja outros interessados na adoção, que sejam brasileiros e residentes no Brasil, o casal terá preferência.

**Questão 44**

Verônica percebeu que Totó, seu cachorro de estimação, estava coçando com muita frequência o ouvido. Preocupada, ela procurou Fred, um médico veterinário que havia sido indicado por amigos. Totó foi atendido em casa e a conclusão do profissional foi de que o cãozinho estaria com uma otite aguda em ambos os ouvidos. Prescreveu, então, um remédio a ser utilizado 2 vezes ao dia. Após alguns dias, Verônica desconfiou que Totó não estava ouvindo bem. A perda de audição foi constatada após a realização de exames numa clínica especializada. Aliás, pela leitura da bula do medicamento, ela constatou que se tratava de um antiparasitário, que não poderia ter sido utilizado no conduto auditivo do cão.

Diante do exposto, é correto afirmar:

- A) Não relação de consumo entre Verônica e Fred, tendo em vista que ele realizou o atendimento no domicílio dela, sendo aplicáveis apenas as regras do Código Civil.
- B) Há relação de consumo entre Verônica e Fred, logo, a responsabilidade dele pelos danos causados ao animal é objetiva, ou seja, não depende de culpa.
- C) Apesar de existir uma relação de consumo, a responsabilidade de Fred será apurada mediante a verificação de culpa da sua parte.
- D) Fred e a empresa fabricante da medicação são responsáveis solidários pelos danos causados a Totó.

**Questão 45**

João adquiriu um carro zero quilômetro, da marca “Possantes” na concessionária “Veloze e Furiosos”. O veículo era um lançamento da montadora, que é muito conhecida pelos itens de conforto e segurança oferecidos em seus modelos. Ao deixar a concessionária, dirigindo o seu novo veículo, João percebe que o sistema de freios não estava funcionando. Logo em seguida, tentou parar o carro em uma ladeira, mas os freios falharam. O carro bateu violentamente em um muro e João sofreu sérios danos físicos ficou hospitalizado por vários dias.

Nesse contexto, é correto afirmar:

- A) A concessionária “Veloze e Furiosos” é obrigada a reparar os danos físicos experimentados pelo consumidor, pois responde solidariamente com o fabricante pelos vícios de qualidade que tornam o produto imprestável para o fim a que se destina.
- B) A montadora pode se eximir da responsabilidade pela indenização devida ao consumidor, desde que demonstre que o sistema de freios que utiliza em seus veículos são produzidos por terceiros.
- C) Uma vez comprovado que o acidente decorreu da falha do sistema de freios, a empresa que fornece esse equipamento para a montadora pode ser demandada pelo consumidor para reparação dos danos físicos sofridos.
- D) A concessionária, a montadora e o terceiro fornecedor do sistema de freios são solidariamente responsáveis pela indenização devida ao consumidor.

**Questão 46**

Nos termos da Lei n. 11.101/05, já com as novas alterações impostas pela Lei n. 14.112/2020, é correto afirmar que:

- A) Na recuperação judicial, a suspensão de ações e execuções em hipótese nenhuma excederá o prazo improrrogável de 180 (cento e oitenta) dias contado do deferimento do processamento da recuperação, restabelecendo-se, após o decurso do prazo, o direito dos credores de iniciar ou continuar suas ações e execuções, independentemente de pronunciamento judicial.
- B) Na recuperação judicial, as suspensões de ações e execuções perdurarão pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contado do deferimento do processamento da recuperação, prorrogável por igual período, uma única vez, em caráter excepcional, desde que o devedor não haja concorrido com a superação do lapso temporal.
- C) Na recuperação judicial haverá suspensão de todas as ações e execuções contra devedor principal e coobrigados, sem exceções;
- D) O foro para processamento da recuperação judicial será o da sede contratual ou estatutária do devedor.

**Questão 47**

A Lei n. 13.966/19, que regulamenta o contrato de Franquia, traz formalidades específicas para a celebração, sendo uma delas:

- A) O envio pelo franqueador ao possível franqueado da Circular de Oferta de Franquia, no mínimo, 10 (dez) dias antes da assinatura do contrato ou pré-contrato de franquia ou, ainda, do pagamento de qualquer tipo de taxa pelo franqueado ao franqueador ou a empresa ou a pessoa ligada a este, salvo no caso de licitação ou pré-qualificação promovida por órgão ou entidade pública, caso em que a Circular de Oferta de Franquia será divulgada logo no início do processo de seleção.
- B) O envio pelo franqueador ao possível franqueado da Circular de Oferta de Franquia, no mínimo, 20 (vinte) dias antes da assinatura do contrato ou pré-contrato de franquia ou, ainda, do pagamento de qualquer tipo de taxa pelo franqueado ao franqueador ou a empresa ou a pessoa ligada a este, salvo no caso de licitação ou pré-qualificação promovida por órgão ou entidade pública, caso em que a Circular de Oferta de Franquia será divulgada logo no início do processo de seleção.
- C) O envio pelo franqueador ao possível franqueado da Circular de Oferta de Franquia, no mínimo, 15 (quinze) dias antes da assinatura do contrato ou pré-contrato de franquia ou, ainda, do pagamento de qualquer tipo de taxa pelo franqueado ao franqueador ou a empresa ou a pessoa ligada a este, salvo no caso de licitação ou pré-qualificação promovida por órgão ou entidade pública, caso em que a Circular de Oferta de Franquia será divulgada logo no início do processo de seleção.
- D) O envio pelo franqueador ao possível franqueado da Circular de Oferta de Franquia, no mínimo, 30 (trinta) dias antes da assinatura do contrato ou pré-contrato de franquia ou, ainda, do pagamento de qualquer tipo de taxa pelo franqueado ao franqueador ou a empresa ou a pessoa ligada a este, salvo no caso de licitação ou pré-qualificação promovida por órgão ou entidade pública, caso em que a Circular de Oferta de Franquia será divulgada logo no início do processo de seleção.

**Questão 48**

Sobre os títulos de crédito, assinale a opção correta:

- A) O prazo para ajuizar ação monitória com base em cheque sem força executiva é de 05 anos, contados do dia seguinte à sua prescrição.
- B) O prazo para apresentação do cheque de mesma praça é de 90 dias, contados do dia seguinte à sua emissão.
- C) O aceite na nota promissória é sempre facultativo.
- D) O cheque administrativo, qualquer que seja o seu valor, deverá ser nominativo.

**Questão 49**

São sinais visualmente perceptíveis, não compreendidos nas proibições legais, utilizados para identificar produto ou serviço e os diferenciar da concorrência. Referido conceito se refere:

- A) Ao nome empresarial.
- B) Ao título de estabelecimento.
- C) Às marcas.
- D) Às patentes.

**Questão 50**

Sobre a sociedade limitada, assinale a opção correta:

- A) Deverá sempre ser constituída por ao menos 02 sócios.
- B) Deverá utilizar sempre a modalidade firma de nome empresarial.
- C) Na omissão do contrato, o sócio poderá ceder sua parte a terceiros de forma livre e a outros sócios desde que exista a anuência de metade do capital social.
- D) Permite que os sócios possam votar à distância em suas deliberações.

**Questão 51**

João Roberto assinou com a Constru-Norte compromisso de compra e venda de unidade imobiliária no valor de R\$ 400.000,00, com previsão de entrega do imóvel em dezembro de 2020. A Constru-Norte não honrou sua obrigação, razão pela qual João Roberto procurou um advogado e foi orientado a propor ação de resolução de contrato. A ação foi proposta e na primeira decisão o juiz extinguiu o processo sem resolução do mérito por estar desacompanhado da guia de custas judiciais.

Neste caso, João Roberto deverá:

- A) Opor embargos de declaração para sanar erro material.
- B) Interpor recurso de agravo de instrumento por se tratar de decisão interlocutória.
- C) Interpor recurso de apelação com a possibilidade de retratação pelo juiz no prazo de 5 dias.
- D) Interpor recurso de apelação sendo vedada a retratação pelo juiz no prazo de 5 dias.

**Questão 52**

Maria Fernanda advogada atuante na Comarca de Paraíso interpôs recurso de agravo de instrumento diretamente no Tribunal do Estado de São Paulo. Proferido o acórdão com o não provimento do agravo de instrumento, a advogada Maria Fernanda pretende interpor recurso extraordinário e recurso especial. Nessa hipótese, é CORRETO afirmar que:

- A) O pedido de concessão de efeito suspensivo a recurso extraordinário ou a recurso especial poderá ser formulado por requerimento dirigido ao tribunal superior respectivo, no período compreendido entre a publicação da decisão de admissão do recurso e sua distribuição, ficando o relator designado para seu exame prevento para julgá-lo.
- B) Recebida a petição do recurso pela secretaria do tribunal, o recorrido será intimado para apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias, findo o qual os autos serão remetidos ao respectivo tribunal superior.
- C) Na hipótese de interposição conjunta de recurso extraordinário e recurso especial, os autos serão remetidos ao Supremo Tribunal Federal.
- D) Somente será possível o requerimento de efeito suspensivo ao recurso especial ou extraordinário até a realização do juízo de admissibilidade.

**Questão 53**

Robertson ajuizou ação de indenização por danos morais contra Xitara Comunicação Ltda. e apontou como causa de pedir a publicação de reportagem que alegou ter violado sua dignidade. Com referência a essa situação hipotética e a aspectos processuais a ela pertinentes, assinale a opção correta.

- A) Havendo incorreção na atribuição do valor da causa pelo autor, deverá o réu impugnar tal valor por meio de petição autônoma a ser oferecida no mesmo prazo de contestação.
- B) Na petição inicial de ação indenizatória fundada em dano moral, o autor deve sempre apresentar pedido genérico, porque a iliquidez do pedido decorre da natureza do dano sofrido.
- C) Caberá ao magistrado corrigir de ofício o valor da causa se entender que o proveito econômico perseguido pelo autor está em desacordo com o valor atribuído na petição inicial.
- D) Em ação indenizatória fundada em dano moral, o autor terá sempre interesse recursal para majorar a indenização, seja qual for o valor fixado na sentença.

**Questão 54**

Fabio Nunes, indignado pelos juros extorsivos cobrados, propôs ação declaratória cumulada com ressarcimento de danos contra o Banco Dinheiro S/A. Apresentada a petição inicial, cumpriu com todos os requisitos previstos na legislação processual, e esclareceu que não tinha interesse na realização da audiência de conciliação ou de mediação. Nessa situação, e considerando o disposto no novo CPC é correto afirmar que:

- A) O juiz designará audiência, e, caso o banco réu não queira participar de uma audiência de mediação ou conciliação, deverá fazer tal requerimento por petição apresentada com 10 dias de antecedência.
- B) O juiz não designará audiência, e se o banco réu optar pela realização da audiência de mediação e conciliação, o juiz intimará autora para verificação de eventual interesse em audiência.
- C) O juiz designará audiência, e, caso o banco réu não queira participar de uma audiência de mediação ou conciliação, deverá fazer tal requerimento dentro da contestação.
- D) O juiz designará audiência, e caso Fabio Nunes não compareça o processo será extinto sem resolução do mérito.

**Questão 55**

Duas partes acabaram litigando em juízo. O magistrado, ao receber a inicial, designou audiência e determinou a citação do réu. Realizada a audiência de conciliação ou de mediação, não houve autocomposição. Considere as seguintes afirmativas sobre o prosseguimento do procedimento comum e assinale a alternativa incorreta.

- A) Incumbe ao réu alegar, na contestação, toda a matéria de defesa, expondo as razões de fato e de direito com que impugna o pedido do autor e especificando as provas que pretende produzir.
- B) Alegando o réu, na contestação, ser parte ilegítima ou não ser o responsável pelo prejuízo invocado, o juiz facultará ao autor, em 15 (quinze) dias, a alteração da petição inicial para substituição do réu.
- C) Quando alegar sua ilegitimidade, é vedado ao réu indicar o sujeito passivo da relação jurídica discutida.
- D) O réu deverá valer-se da nomeação à autoria para alterar o polo passivo da relação jurídica discutida.

**Questão 56**

Tobias ajuizou ação em face de Manoel, tendo formalizado pedido único de indenização por danos morais no valor de cem mil reais requerendo prova testemunhal. Manoel, em sua defesa, negou qualquer tipo de dano requerendo prova pericial. Em saneador, o magistrado ao resolver as questões processuais pendentes, delimitou as questões de fato sobre as quais recairia a atividade probatória, porém apenas mencionou a prova documental. Ambos acabaram tendo dúvidas acerca das provas que requereram.

Nessa situação hipotética, de acordo com as regras previstas no CPC, assinale a alternativa que melhor se adequa à posição das partes:

- A) As partes têm o direito de pedir esclarecimentos ou solicitar ajustes, no prazo comum de 5 dias, findo o qual a decisão se torna estável.
- B) Somente foi deferida a prova documental, não cabendo qualquer de insurgência das partes.
- C) Somente Tobias poderá recorrer, tendo em vista que é o demandante, a quem compete exclusivamente o ônus da prova
- D) As partes não têm o direito de pedir esclarecimentos ou solicitar ajustes, no prazo comum de 5 dias, e sim, somente interpor recurso de agravo de instrumento.

**Questão 57**

Devidamente citado em ação de execução por quantia certa, no prazo de 3 dias, o devedor resolve efetuar o pagamento de forma parcela. Assim, deposita o valor equivalente a 30% do montante devido, acrescido das custas e honorários advocatícios, e o restante, parcela em 6 (seis) vezes, ciente que deverá pagar o valor atualizado com juros de 1% ao mês. Sobre tal possibilidade, assinale a alternativa correta:

- A) O exequente será intimado para manifestar-se sobre o preenchimento dos pressupostos autorizadores do parcelamento, e o juiz decidirá o requerimento em 15 (quinze) dias.
- B) Enquanto não apreciado o requerimento, o executado não terá de depositar as parcelas vincendas, facultado ao exequente seu levantamento.
- C) Deferida a proposta, o exequente levantará a quantia depositada, e serão suspensos os atos executivos.
- D) O procedimento do parcelamento do débito é igualmente possível no cumprimento de sentença.

**Questão 58**

Haroldo convence Bruna a aplicarem um golpe no casal de noivos Marcos e Fátima, apresentando-se como organizadores de casamento. Após receberem do casal vultosa quantia para a organização das bodas, Haroldo e Bruna mudaram de cidade e trocaram de telefone. Percebendo que haviam sido vítimas de um golpe, Marcos e Fátima registraram os fatos na delegacia, demonstrando interesse em ver os autores responsabilizados pelo crime de estelionato. Após o registro da ocorrência, Bruna, arrependida, por conta própria, efetuou a devolução ao casal de parte do dinheiro que havia recebido. Considerando que houve reparação parcial do dano:

- A) Haroldo responderá por estelionato consumado, enquanto Bruna terá sua tipicidade afastada pela reparação parcial do dano.
- B) Haroldo e Bruna responderão por estelionato, devendo Bruna ter sua pena diminuída pelo arrependimento posterior.
- C) Haroldo responderá por estelionato tentado, enquanto Bruna terá sua tipicidade afastada pela reparação parcial do dano.
- D) Haroldo e Bruna responderão por estelionato, sem a causa de diminuição da pena pelo arrependimento posterior.

**Questão 59**

Wesley havia alugado um apartamento parcialmente mobiliado e, após o encerramento do contrato de locação, chamou Sidney, seu amigo, que nunca havia estado no imóvel, para ajudá-lo com a retirada de seus pertences. Durante a mudança, Wesley garantiu a Sidney que a televisão que se encontrava na sala era de sua propriedade e deveria ser retirada, embora Wesley tivesse ciência de que o aparelho pertencia ao proprietário do imóvel. Ao perceber a situação, o proprietário do imóvel registrou boletim de ocorrência contra Wesley e Sidney. Analisando os fatos acima narrados, a conduta dos agentes pode ser assim classificada:

- A) Wesley e Sidney responderão pelo crime de furto, em razão do concurso de pessoas.
- B) Wesley responderá por furto doloso, enquanto Sidney responderá pelo mesmo crime na modalidade culposa.
- C) Apenas Wesley responderá por furto, pois Sidney agiu em erro sobre o objeto, ficando isento de pena.
- D) Apenas Wesley responderá por furto, pois Sidney agiu em erro de tipo provocado por terceiro, sendo atípica sua conduta.

**Questão 60**

Saulo se desentendeu, na fila do caixa de um supermercado, com outra consumidora, Viviane, que estava no 8º mês de gestação, e lhe desferiu um fortíssimo soco no rosto. Em razão do golpe, Viviane perdeu o equilíbrio e caiu com a barriga no chão. Ao ser levada ao hospital, foi constatado que Viviane apresentava lesão leve na face, mas que havia perdido o bebê em decorrência da queda. Considerando o estado gravídico evidente de Viviane, a conduta praticada por Saulo configura o crime de:

- A) Lesão corporal seguida de morte.
- B) Lesão corporal qualificada pelo aborto.
- C) Aborto na modalidade dolo eventual, apenas.
- D) Aborto culposo, ficando a lesão corporal absorvida.

**Questão 61**

Renan convence Patrick a furtarem bens de uma residência, que estava desabitada. No dia seguinte, o dono da casa, João, 51 anos, toma conhecimento do ocorrido e aciona a polícia, que, após investigação, identifica Renan e Patrick, apurando no curso do inquérito que Renan sabia que o imóvel era de seu pai adotivo, o que Patrick desconhecia. Com base nessas informações, as condutas de Renan e Patrick podem ser assim tipificadas:

- A) Nenhum dos dois responderá por furto qualificado, considerando que foi praticado contra ascendente de Renan e que tal circunstância se comunica objetivamente a Patrick.
- B) O fato praticado por Renan é atípico, pois a vítima era seu ascendente, enquanto Patrick responderá por furto simples, pois a circunstância tem natureza subjetiva.
- C) Os dois poderão ser condenados por furto qualificado, pois o desconhecimento de Patrick quanto à condição do lesado afasta a relevância desta circunstância para ambos.
- D) Renan estará isento de pena, enquanto Patrick responderá por furto qualificado, pois a condição de descendente de Renan possui natureza subjetiva e não se comunica a Patrick.

**Questão 62**

Durante evento na loja de uma operadora de telefonia móvel, Tereza, aproveitando-se da distração dos funcionários, subtraiu para si um aparelho celular. Ao chegar em casa, sua mãe descobriu o fato e a convenceu a comparecer à delegacia para devolver o aparelho subtraído, o que foi por ela feito no dia seguinte.

Diante dos fatos narrados, a conduta de Tereza configura:

- A) Furto na forma tentada, pois houve arrependimento eficaz.
- B) Furto na forma tentada, pois houve desistência voluntária.
- C) Atipicidade, em razão do arrependimento eficaz.
- D) Furto na forma consumada, com a causa de diminuição pelo arrependimento posterior.

**Questão 63**

Lidiane, exímia nadadora, convida sua amiga Karen para realizarem a travessia a nado de um rio, afirmando que poderia socorrê-la caso tivesse qualquer dificuldade. Durante a travessia, Karen e Lidiane foram pegadas por um forte redemoinho que as puxou para o fundo do rio. Lidiane conseguiu escapar, mas, em razão da forte correnteza, não conseguiu salvar Karen, que veio a falecer por afogamento. Considerando o fato acima narrado, Lidiane:

- A) Será responsabilizada pelo homicídio de Karen por omissão imprópria, visto que criou a situação de perigo e assumiu a posição de garantidora.
- B) Assumiu a função de garantidora, devendo responder pela omissão de socorro com resultado morte.
- C) Assumiu a função de garantidora, mas não responderá pela morte de Karen, pois estava impossibilitada de agir.
- D) Não será responsabilizada pela morte de Karen, visto que não possuía o dever de agir.

**Questão 64**

João foi vítima de um crime de ameaça por meio de uma ligação telefônica realizada em 02 de janeiro de 2020. Buscando identificar o autor, já que nenhum membro de sua família tinha tal informação, requereu, de imediato, junto à companhia telefônica, o número de origem da ligação, vindo a descobrir, no dia 03 de julho de 2020, que a linha utilizada era de propriedade do ex-namorado de sua filha, Carlos, razão pela qual foi até a residência deste, onde houve a confissão da prática do crime. Quando ia ao Ministério Público, na companhia de Marta, sua esposa, para oferecer representação, João sofreu um infarto e veio a falecer. Marta, no dia seguinte, afirmou oralmente, perante o Promotor de Justiça, que tinha interesse em representar em face do autor do fato, assim como seu falecido marido. Diante do apelo de sua filha, Marta retorna ao Ministério Público no dia 06 de julho de 2020 e diz que não mais tem interesse na representação. Ainda assim, considerando que a ação penal é pública condicionada, o Promotor de Justiça ofereceu denúncia, no dia 07 de julho de 2020, em face de Carlos, pela prática do crime de ameaça. Considerando a situação narrada, o(a) advogado(a) de Carlos, em resposta à acusação, deverá alegar que:

- A) Ocorreu decadência, pois se passaram mais de 6 meses desde a data dos fatos.
- B) A representação não foi válida, pois não foi realizada pelo ofendido.
- C) Ocorreu retratação válida do direito de representação.
- D) A representação não foi válida, pois foi realizada oralmente.

**Questão 65**

Fabrcio, com dolo de matar, realiza vários disparos de arma de fogo em direção a Cristiano. Dois projéteis de arma de fogo atingem o peito da vítima, que vem a falecer. Fabrcio foge para não ser preso em flagrante. Os fatos ocorreram no final de uma tarde de domingo, diante de várias testemunhas. O inquérito policial foi instaurado, e Fabrcio foi indiciado pelo homicídio de Cristiano. Os autos são remetidos ao Ministério Público, que denuncia Fabrcio. O processo tem seu curso regular e as testemunhas confirmam que Fabrcio foi o autor do disparo. Após a apresentação dos memoriais, os autos são remetidos para conclusão, a fim de que seja exarada a sentença, sendo certo que o juiz está convencido de que há indícios de autoria em desfavor de Fabrcio e prova da materialidade de crime doloso contra a vida.

Diante do caso narrado, assinale a alternativa correta acerca da sentença a ser proferida pelo juiz na primeira fase do procedimento do Júri.

- A) O juiz deve impronunciar Fabrcio pelo crime de homicídio, diante dos indícios de autoria e prova da materialidade, que indicam a prática de crime doloso contra a vida.
- B) O juiz deve pronunciar Fabrcio, remetendo os autos ao Juízo comum, diante dos indícios de autoria e prova da materialidade, que indicam a prática de crime doloso contra a vida.
- C) O juiz deve pronunciar Fabrcio, submetendo-o ao plenário do Júri, diante dos indícios de autoria e prova da materialidade, que indicam a prática de crime doloso contra a vida.
- D) O juiz deve pronunciar Fabrcio, submetendo-o ao plenário do Júri mediante desclassificação do crime comum para crime doloso contra a vida, diante dos indícios de autoria e prova da materialidade, que indicam a prática de crime doloso contra a vida.

**Questão 66**

Tiago e Andrea agiram em concurso de agentes em determinado crime. O processo segue seu curso natural, culminando com sentença condenatória, na qual os dois são condenados. Quando da interposição do recurso, apenas Andrea apela. O recurso é julgado. Na decisão, fundada em motivos que não são de caráter exclusivamente pessoal, os julgadores decidem pela absolvição de

Andrea.

Nesse sentido, diante apenas das informações apresentadas pelo enunciado, assinale a afirmativa correta:

- A) Andrea será absolvida e Tiago continuará condenado, devido ao fato de a decisão ter sido fundada em motivos que não são de caráter exclusivamente pessoal.
- B) Andrea e Tiago serão absolvidos, pois os efeitos da decisão serão estendidos a este, devido ao fato de a decisão ter sido fundada em motivos que não são de caráter exclusivamente pessoal.
- C) Andrea e Tiago serão absolvidos, porém será necessário interpor Recurso Especial.
- D) Andrea será absolvida e Tiago continuará condenado, pois não interpôs recurso.

**Questão 67**

Scott procurou um advogado, pois tinha a intenção de ingressar com queixa-crime contra dois vizinhos que vinham lhe injuriando constantemente. Narrados os fatos e conferida procuração com poderes especiais, o patrono da vítima ingressou com a ação penal no Juizado Especial Criminal, órgão efetivamente competente, contudo o magistrado rejeitou a queixa apresentada. Dessa decisão do magistrado caberá:

- A) Recurso em sentido estrito, no prazo de 05 dias.
- B) Apelação, no prazo de 05 dias.
- C) Recurso em sentido estrito, no prazo de 02 dias.
- D) Apelação, no prazo de 10 dias.

**Questão 68**

Douglas responde a ação penal, na condição de preso cautelar, pela prática do crime de furto qualificado, sendo ele triplamente reincidente específico. No curso do processo, foi constatado por peritos que Douglas seria semi-imputável e que haveria risco de reiteração. O magistrado em atuação, de ofício, revoga a prisão preventiva de Douglas, entendendo que não persistem os motivos que justificaram essa medida mais grave, aplicando, porém, a medida cautelar de internação provisória, com base no Art. 319 do Código de Processo Penal. Diante da situação narrada, o advogado de Douglas poderá requerer o afastamento da cautelar aplicada, em razão:

- A) Da não previsão legal da cautelar de internação provisória, sendo certo que tais medidas estão sujeitas ao princípio da taxatividade.
- B) De somente ser cabível a cautelar quando os peritos concluírem pela inimputabilidade, mas não pela semi-imputabilidade.
- C) De o crime imputado não ter sido praticado com violência ou grave ameaça à pessoa.
- D) De não ser cabível, na hipótese, a aplicação de medida cautelar de ofício, sem requerimento pretérito do Ministério Público.

**Questão 69**

Daniel foi autor de um crime de homicídio doloso consumado em desfavor de William. Após a denúncia e ao fim da primeira fase do procedimento bifásico dos crimes dolosos contra a vida, Daniel foi pronunciado. Inconformado, o advogado do acusado interpôs o recurso cabível, mas o juiz de primeira instância, ao realizar o primeiro juízo de admissibilidade, negou seguimento ao recurso. Novamente inconformado com a decisão, o defensor de Daniel impetrou nova medida.

Considerando a situação narrada, assinale a opção que indica o recurso interposto da decisão de pronúncia e a medida para combater a decisão que denegou o recurso anterior, respetivamente.

- A) Apelação e Recurso em Sentido Estrito.
- B) Recurso em Sentido Estrito e novo Recurso em Sentido Estrito.
- C) Recurso em Sentido Estrito e Carta Testemunhável.
- D) Apelação e Carta Testemunhável.

**Questão 70**

Alok que tem 16 anos foi contratado, como técnico de operações na empresa Musicistas do Som, empresa que sempre quis trabalhar, pois tem condições de chegar à posição de principal DJ, alavancando sua carreira. Ocorre que como técnico de operações deverá trabalhar em escala de 12x36 horas, no horário das 19 às 7h, com pausa de 1 hora para descanso e alimentação. Jornada prevista em acordo coletivo assinado pela empresa e pelo sindicato da classe de trabalhadores.

Diante disso, assinale a afirmativa correta.

- A) É proibido o trabalho noturno, a menores de dezoito, assim considerado o executado no período compreendido entre as 22 (vinte e duas) e as 5 (cinco) horas.
- B) Considera-se prejudicial à moralidade do menor o trabalho prestado de qualquer modo, em teatros de revista, cinemas, boates, cassinos, cabarés, dancings e estabelecimentos análogos, dessa forma o trabalho realizado por Alok é considerado prejudicial e, portanto, ilícito.
- C) Ao menor de 18 (dezoito) anos é vedado o trabalho noturno, considerado este o que for executado no período compreendido entre as 18 (dezoito) e as 5 (cinco) horas.
- D) Por ter 16 anos, Alok fica impedido de trabalhar em escala de 12x36 horas, devendo ser alterada a jornada.

**Questão 71**

Like Mike, Martin Garrix e Alice Wonderland, são sócios fundadores da escola de música Tropicália LTDA. Alice, buscando novas parcerias, decidiu sair da sociedade no ano de 2020, sendo averbada a modificação do contrato social da empresa na Junta Comercial, com sua saída. Não conseguindo cumprir com as verbas trabalhistas de seus funcionários, a escola decidiu dispensar alguns dos professores, deixando de pagar as verbas rescisórias.

Dessa forma, assinale a afirmativa que melhor atende às necessidades de satisfazer o crédito dos professores:

- A) O sócio retirante responde solidariamente pelas obrigações trabalhistas da sociedade relativas ao período em que figurou como sócio, somente em ações ajuizadas até dois anos depois de averbada a modificação do contrato, observada a ordem de preferência: primeiro a empresa devedora, os sócios atuais e por fim Alice, sócia retirante.
- B) Os professores poderão requerer a penhora sobre a renda mensal ou faturamento de empresa, limitada a percentual, que não comprometa o desenvolvimento regular de suas atividades, desde que não haja outros bens penhoráveis ou, havendo outros bens, eles sejam de difícil alienação ou insuficientes para satisfazer o crédito executado.
- C) O sócio retirante responde subsidiariamente pelas obrigações trabalhistas da sociedade relativas ao período em que figurou como sócio, somente em ações ajuizadas até dois anos depois de averbada a modificação do contrato, observada a ordem de preferência: primeiro a empresa devedora, sócios retirantes e por fim os sócios atuais.
- D) Alice não responderá pelas obrigações trabalhistas da sociedade relativas ao período em que figurou como sócia, pois averbou corretamente no contrato social da empresa na Junta Comercial sua regular saída.

---

**Questão 72**

Dimitri Vegas e Mattn tem importantes carreiras como DJ's fazendo muito sucesso na área musical em todo o mundo. Dimitri atualmente, além de vários shows independentes que realiza, também trabalha como professor, empregado em uma escola de DJ's, ensinando há mais de 8 anos jovens promissores. Mattn trabalha como empregada em importante empresa da indústria musical há mais de 10 anos. Após alguns anos de namoro e de noivado, pretendem se casar.

Diante do quadro apresentado e das normas legais, assinale a afirmativa correta, sobre o direito à licença pelo casamento.

- A) Mattn poderá faltar por 5 dias de seu emprego e Dimitri por ser professor poderá se ausentar por 10 dias.
- B) Dimitri poderá faltar ao serviço por 9 dias consecutivos e Mattn somente poderá faltar por 3 dias.
- C) O casal poderá faltar aos respectivos serviços por 3 dias consecutivos após o casamento.
- D) O período de afastamento pode ser negociado com os respectivos empregadores, não podendo ser menor do que 15 dias consecutivos.

**Questão 73**

Alok e Afrojack, DJ's contratados pela mesma empresa de tecnologia digital responsável pela criação de vários hits musicais, irão trabalhar em regime de teletrabalho a partir do apartamento de Alok pois com filho recém-nascido não deseja passar tanto tempo fora de casa. Afrojack, por sua vez, deverá comparecer no estabelecimento pelo menos uma vez por semana para realizar algumas atividades específicas.

Para a realização do trabalho precisarão de vários equipamentos digitais, para além de uma nova mesa controladora, novos headphones, processadores de efeito e cabos de áudio.

Considerando o disposto na CLT, assinale a afirmativa correta.

- A) Afrojack não se enquadra como teletrabalhador já que comparece às dependências do empregador pelo menos duas vezes na semana, realizando tarefas específicas.
- B) A empresa deverá arcar com todos os custos dos equipamentos que Alok e Afrojack precisarem para desenvolver seus trabalhos pois o risco do negócio é do empregador.
- C) Alok e Afrojack deverão arcar com todos os custos dos equipamentos pois a empresa não tem como controlar se o material está ou não sendo utilizado apenas para o trabalho.

D) As disposições relativas à responsabilidade pela aquisição, manutenção ou fornecimento dos equipamentos tecnológicos e da infraestrutura necessária e adequada à prestação do trabalho remoto, bem como ao reembolso de despesas arcadas pelo empregado, serão previstas em contrato escrito.

**Questão 74**

Steve Aoki foi contratado para prestar serviços para a empresa Musicistas do Som S.A. em Mato Grosso com salário mensal de R\$28.000,00 (vinte e oito mil reais). Após dois anos de prestação de serviços, Steve ajuizou ação trabalhista na Vara do Trabalho local, requerendo o pagamento de verbas trabalhistas em atraso, como férias vencidas, décimo terceiro e diferentes adicionais. Em sua defesa a empresa alegou que Steve deveria submeter a ação previamente em câmara arbitral, conforme estipulado em seu contrato de trabalho.

Considerando o salário de Steve, e que concordou com os termos apresentados no contrato, de acordo com a CLT, assinale a afirmativa correta.

- A) A inserção não é possível, porque, no Direito do Trabalho, não cabe arbitragem em lides individuais.
- B) A cláusula compromissória de arbitragem não poderá ser inserida no contrato citado, em razão do salário recebido pela empregada.
- C) Não há mais óbice à inserção de cláusula compromissória de arbitragem nos contratos individuais de trabalho cuja remuneração seja superior a duas vezes o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social, desde que mediante a concordância expressa do empregado.
- D) A cláusula de arbitragem pode ser inserida em todos os contratos de trabalho, sendo admitida de forma expressa ou tácita.

---

**Questão 75**

Timmy Trumpet, representante da categoria dos musicistas do estado de São Paulo, antes mesmo de tentar negociação coletiva com a entidade patronal, percebendo que não logrará êxito nas reivindicações da categoria, está cogitando deflagrar movimento grevista da categoria, nos termos da lei. Para tanto, após realização de assembleia geral que definiu as reivindicações da categoria, deliberaram pela paralisação imediata da prestação de serviços. Para tanto avisaram os empregadores com 48 horas de antecedência.

Diante da situação apresentada, assinale a afirmativa incorreta:

- A) Caberá à entidade sindical correspondente convocar, na forma do seu estatuto, assembleia geral que definirá as reivindicações da categoria e deliberará sobre a paralisação coletiva da prestação de serviços.
- B) Observadas as condições previstas na Lei de Greves, a participação em greve interrompe o contrato de trabalho, devendo as relações obrigacionais, durante o período, ser regidas pelo acordo, convenção, laudo arbitral ou decisão da Justiça do Trabalho.
- C) A Justiça do Trabalho, por iniciativa de qualquer das partes ou do Ministério Público do Trabalho, decidirá sobre a procedência, total ou parcial, ou improcedência das reivindicações, cumprindo ao Tribunal publicar, de imediato, o competente acórdão.
- D) Durante a greve, o sindicato ou a comissão de negociação, mediante acordo com a entidade patronal ou diretamente com o empregador, manterá em atividade equipes de empregados com o propósito de assegurar os serviços cuja paralisação resultem em prejuízo irreparável, pela deterioração irreversível de bens, máquinas e equipamentos, bem como a manutenção daqueles essenciais à retomada das atividades da empresa quando da cessação do movimento.

**Questão 76**

Vini Vici, sócio da empresa Famous DJ's, após ser citado em execução trabalhista em que o executado instaurou incidente de desconsideração de personalidade jurídica, manifestou-se contrariamente à sua execução.

Não havendo outras provas a produzir o juiz julgou procedente o incidente e incluiu Vini no polo passivo, sendo então publicada a decisão.

Diante do exposto, assinale a afirmativa correta.

- A) Vini Vici poderá interpor agravo de petição, independentemente de garantia de juízo.
- B) Vini Vici poderá interpor embargos à execução, pois trata-se do recurso cabível em caso de execução.
- C) Vini Vici poderá interpor recurso de revista, pois a desconsideração deve ser analisada pelo Tribunal.
- D) Vini Vici deverá interpor agravo de petição, mas esse só será conhecido se Vini garantir o juízo primeiro.

**Questão 77**

Don Diablo empregado terceirizado de uma escola de DJ's após ter sido dispensado e não ter recebido as verbas resilitórias ajuizou reclamação trabalhista contra seu empregador e contra a Autarquia no qual atuou durante todo o seu contrato.

Os pedidos formulados por Don Diablo não excedem a quarenta vezes o salário-mínimo, dessa forma é correto afirmar que:

- A) A ação tramitará pelo procedimento sumaríssimo, pois os dissídios individuais cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário-mínimo vigente na data do ajuizamento da reclamação ficam submetidos ao procedimento sumaríssimo, nos termos da lei.
- B) Estão excluídas do procedimento sumaríssimo as demandas em que é parte a Administração Pública direta, autárquica e fundacional.
- C) A reclamação deverá adotar o rito especial misto pois Don Diablo promove a ação em face de uma empresa privada e uma Autarquia.
- D) A demanda observará o rito sumário, independente dos réus, pois o valor dos pedidos formulados por Don Diablo não excede a quarenta salários-mínimos.

---

**Questão 78**

Alok entrou com reclamação trabalhista em face da empresa Musicistas do Brasil, postulando o pagamento de verbas trabalhistas bem como danos morais, pois teria sofrido assédio moral na empresa. Afrojack, empregador, não compareceu à audiência, nem apresentou qualquer defesa, sendo considerado revel.

Alok, aproveitando que Afrojack não compareceu à audiência, alterou seu pedido/causa de pedir.

Dessa forma, é correto afirmar.

A) Alok não poderia alterar seu pedido/causa de pedir, pois já promovida a citação do empregador, e este já foi considerado revel;

B) Alok pode alterar seu pedido/causa de pedir, desde que seja promovida nova notificação do réu, abrindo-se novo prazo para defesa do réu;

C) Afrojack mesmo considerado revel, poderá apresentar defesa para todos os pedidos, mesmo os apresentados na inicial e posteriormente alterados, pois o prazo para a nova manifestação permite a impugnação ampla e irrestrita;

D) Afrojack será considerado revel e todas as alegações formuladas por Alok serão consideradas verdadeiras, mesmo as alegações formuladas após a alteração dos pedidos/causa de pedir.

**Questão 79**

Oliver Heldens é DJ empregado da sociedade empresária KSHMR S.A. Passando por dificuldades em virtude da crise econômica que assola o país, a empresa pretende lançar um plano de demissão voluntária, para incentivar alguns de seus funcionários à dispensa. Após previsão em convenção coletiva, Oliver analisando suas possibilidades decidiu aderir ao plano.

Sobre a hipótese, é correto afirmar que:

A) Plano de Demissão Voluntária ou Incentivada, para dispensa individual, plúrima ou coletiva, previsto em convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho, de nenhuma forma enseja quitação plena e irrevogável dos direitos decorrentes da relação empregatícia.

B) Plano de Demissão Voluntária ou Incentivada, para dispensa individual, plúrima ou coletiva, somente poderá ser previsto em convenção coletiva, e enseja quitação plena e irrevogável dos direitos decorrentes da relação empregatícia, salvo disposição em contrário estipulada entre as partes.

C) Plano de Demissão Voluntária ou Incentivada, para dispensa individual, plúrima ou coletiva, previsto em convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho, enseja quitação plena e irrevogável dos direitos decorrentes da relação empregatícia, salvo disposição em contrário estipulada entre as partes.

D) Plano de Demissão Voluntária ou Incentivada, para a dispensa individual somente poderá ser previsto em convenção coletiva, não sendo aceito acordo coletivo de trabalho, e ensejará quitação plena e irrevogável dos direitos decorrentes da relação empregatícia, salvo disposição em contrário estipulada entre as partes.

**Questão 80**

Tiêsto, dono da empresa de pequeno porte Tropicália, em sede de execução trabalhista garantiu o juízo com a apresentação de seguro-garantia judicial e após algumas manifestações pretende apresentar agravo de instrumento visando destrancar recurso.

Dessa forma, nos termos da legislação trabalhista é incorreto afirmar:

A) Garantido o juízo, na fase executória, a exigência de depósito para recorrer de qualquer decisão viola os incisos II e LV do art. 5º da CF/1988. Havendo, porém, elevação do valor do débito, exige-se a complementação da garantia do juízo.

B) Tiêsto poderá garantir a execução mediante depósito da quantia correspondente, atualizada e acrescida das despesas processuais, apresentação de seguro-garantia judicial ou nomeação de bens à penhora.

C) No ato de interposição do agravo de instrumento, o depósito recursal corresponderá a 50% (cinquenta por cento) do valor do depósito do recurso ao qual se pretende destrancar, dessa forma, mesmo que garantido o juízo na execução, para destrancar recurso Tiêsto deverá comprovar novo depósito recursal.

D) O valor do depósito recursal será reduzido pela metade para entidades sem fins lucrativos, empregadores domésticos, microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte.

